

OS TEMAS DA FILOSOFIA NO NOVO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO COMO POSSIBILIDADE DA EXPERIÊNCIA DISCENTE EM FILOSOFIA

THE THEMES OF PHILOSOPHY IN THE NEW HIGH SCHOOL TEXTBOOK AS A POSSIBILITY OF THE STUDENT EXPERIENCE IN PHILOSOPHY

Marcos de Camargo von Zuben¹
Moacir Araújo Dantas²

Resumo:

Este trabalho aborda questões sobre as bases conceituais que favorecem o ensino de filosofia no Ensino Médio, por meio da utilização e da experiência em sala de aula com os novos livros do PNLD 2021 por área do conhecimento. O objetivo desta pesquisa é compreender como a filosofia ensinada, sob a abordagem por temas no livro didático em turma do Ensino Médio de escola pública, pode contribuir para que a experiência discente em filosofia se constitua proposta crítica de aprendizado e experiência do pensamento como exercício filosófico. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, pautada nas bases legais educacionais que fundamentam o ensino de Filosofia como disciplina no Ensino Médio, desde a LDB 9.394/96, até a homologação da BNCC (2018), e a Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017). A pesquisa-ação/intervenção foi desenvolvida por meio de aulas auxiliadas pelo novo livro didático da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e buscou analisar se seria possível realizar uma experiência discente como exercício filosófico a partir dos temas dispostos no livro.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; livro didático; PNLD; temas de filosofia

Abstract:

This work addresses questions about the conceptual bases that favor the teaching of philosophy in high school, through the use and experience in the classroom with the new PNLD 2021 books by area of knowledge. The objective of this research is to understand how the philosophy taught, through the approach by themes in the textbook in a public high school class, can contribute to the student experience in philosophy to constitute a critical learning proposal and as an experience of thought as a philosophical exercise. The methodology used is the bibliographic research of a qualitative nature, based on the educational legal bases that underlie the teaching of Philosophy as a discipline in High School, from LDB 9.394/96, to the approval of the BNCC (2018), and the High School Reform (Law n. 13.415/2017). The action research/intervention was developed through classes aided by the new textbook in the area of Applied Human and Social Sciences, and sought to analyze whether it is possible to carry out a student experience as a philosophical exercise based on the themes set out in the book.

Keywords: Teaching of Philosophy; textbook; PNLD; themes of philosophy

¹ Doutor em Filosofia (Unicamp). Professor do Departamento de Filosofia e do Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: marcoszuben@uern.br, Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9975045440893643>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0390-7113>

² Mestre em Filosofia (UERN). Professor da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e da Secretaria Estadual de Educação da Paraíba. E-mail: moaciraraujodantas@alu.uern.br, Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7544802270441792>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5675-2362>

Introdução

A filosofia tem seu retorno ao currículo da Educação Básica em 1999 com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), inicialmente como tema transversal. Entretanto, apenas a partir de 2008, com a proposta de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/1996), ela torna-se obrigatória no Ensino Médio e, desde então, muitos são os desafios que surgem quanto ao processo de ensino e aprendizagem da Filosofia no Ensino Médio: sua aplicabilidade, conteúdos e temas, metodologia e didática, material didático adequado.

Mesmo não definidas as questões apontadas, o Ministério da Educação propôs mudanças na estrutura curricular do Ensino Médio a partir da publicação da Medida Provisória 746/2016, em 23 de setembro de 2016, posteriormente, convertida na Lei n. 13.415/2017 de 16 de fevereiro de 2017, a qual foi sancionada pelo então presidente da República, Michel Temer, como Política Pública de Estado e dirigida aos sistemas de Ensino, principalmente os estaduais, que têm prioridade na oferta do Ensino Médio no Brasil. Denominado de Novo Ensino Médio, esse modelo de ensino entrou em vigor a partir de 2022 e está voltado para uma aprendizagem por áreas do conhecimento e não mais por disciplinas. A carga horária inicial, prevista na lei citada para essa etapa de ensino, passou de 2.400 horas para 3.000 horas: 1.800 horas destinadas às disciplinas obrigatórias da Base Nacional Comum Curricular e 1.200 horas aos itinerários formativos, quais sejam: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Formação Técnica e Profissional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, homologada em 14 de dezembro de 2018, prevê que apenas Língua Portuguesa e Matemática serão obrigatórias durante todo o Ensino Médio. Quanto à questão da obrigatoriedade ou não do ensino da filosofia, assim como outras, ficará sujeito às escolhas feitas pelos estudantes quanto aos itinerários formativos que darão prosseguimento aos seus estudos; ou seja, serão obrigatórios até 60% da carga horária preenchida pelas disciplinas previstas na BNCC, 1.800 horas, podendo ser estendidos mais 40% se o estudante escolher como um itinerário formativo umas das áreas do conhecimento para aprofundamento e escolhas que fará no futuro.

Outro fator que carece de discussão é a proposta do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD). Em vez de livros didáticos voltados para o ensino de cada uma das disciplinas, estão disponibilizados por área do conhecimento e terão ciclo de quatro anos para renovação e escolha. Conforme já verificadas nas obras disponibilizadas pelo PNLD 2021, as propostas e perspectivas dos conteúdos de filosofia ganham caráter temático e problematizador, mas não se afastando dos níveis dos campos filosóficos nem da história da filosofia, embora seja possível inter-relacioná-los a partir de um bom planejamento.

Cabe neste trabalho o seguinte questionamento: sob a perspectiva traçada para o Novo Ensino Médio e dos livros didáticos por área do conhecimento, como os estudantes poderão concretizar uma experiência discente em filosofia no Ensino Médio a partir dos temas propostos no novo livro didático?

Com o desenvolvimento da pesquisa, acredita-se que a filosofia – levando em conta os temas disponibilizados nos livros de Filosofia, abordagem configurada no livro didático por área do conhecimento do Novo Ensino Médio –, é o caminho

para que o aprendizado em filosofia aconteça como “experiência do pensamento” ou um “exercício do pensamento filosófico”.

A pesquisa-ação desenvolvida neste estudo tem caráter inovador e, a partir do desenvolvimento de aulas auxiliadas pelo novo livro didático por área do conhecimento (Ciências Humanas), busca analisar e experienciar o projeto desse livro desenvolvido em consonância com o que preconiza a BNCC para o Ensino Médio. Contribuirá, assim, para que professores e estudiosos do ensino de Filosofia no Ensino compreendam que uma proposta curricular, mesmo inovadora e auxiliada pelo livro didático organizado por área do conhecimento e não por disciplinas, pode conduzir os estudantes a uma experiência que lhes permita pensar sobre o próprio pensamento, ou seja, filosofar.

O objetivo, portanto, desta pesquisa de natureza qualitativa, cuja abordagem metodológica é a pesquisa-ação, é compreender como a filosofia ensinada a partir dos temas disponíveis no livro didático utilizado na 3ª Série do Ensino Médio da Escola Estadual Antônio Gomes, zona urbana do município de Brejo do Cruz/PB), pode contribuir para que a experiência discente em filosofia no novo Ensino Médio se constitua como proposta crítica de aprendizado e como exercício do pensamento filosófico. Para tanto, busca-se investigar se os conteúdos da filosofia nos livros didáticos do PNL 2021, utilizados na série e escola mencionada, são importantes para provocar nos estudantes o exercício do conhecimento crítico-reflexivo sobre si e sobre sua realidade; analisar o ensino de filosofia na perspectiva da aprendizagem discente a partir da abordagem desenvolvida por temas; e identificar perspectivas que favoreçam o ensino de filosofia em sala de aula como experiência do pensamento filosófico.

Dessa forma, visa a relacionar a proposta do PNL 2021 e sua adequação à atual BNCC – Ensino Médio; mostrar as obras aprovadas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, apresentar a estrutura didática da coleção “Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” da Editora Moderna, obra utilizada pela área na referida escola.

O itinerário da filosofia no currículo educacional brasileiro: bases legais e obrigatoriedade

A filosofia passou por imensas dificuldades para receber sua legitimação como disciplina na Educação Básica no Brasil e fazer parte do currículo educacional. A História da Educação no nosso país comprova que a legislação brasileira sempre foi frágil no que tange à sua inserção como disciplina escolar, uma vez que não existiam políticas educacionais que oferecessem condições plenas para o ensino de Filosofia nas escolas (Alves, 2002).

No governo da ditadura militar, cujo período se deu de 1964 a 1984, compreendia-se que a Filosofia era uma disciplina que servia de doutrinação política nas escolas e ao mesmo tempo considerada perigosa e subversiva, o que comprometia a ordem social e política do país. Em sua substituição, foi colocada Educação Moral e Cívica na tentativa ideológica de garantir a segurança nacional a partir de concepções comuns e universais de comportamentos, pautadas em princípios patrióticos e noções de costumes e tradições. Era uma tentativa de enaltecer o estado nacional e sua forma ideal de organização política e garantir que determinadas exigências de lealdade fossem cumpridas por parte dos cidadãos.

[...] à medida que se propunha formar consciências que refletissem sobre os problemas reais da sociedade [...], procurou-se aniquilar essa atividade reflexiva, substituindo-a por outra de caráter mais catequista e ideológico, a nível político. A educação moral e cívica, sendo também “moral”, estava atendendo ao que se queria que fosse o ensino de Filosofia, num período de grandes agitações estudantis e operárias: apenas veiculadora de uma ideologia que perpetua a ordem estabelecida e defende o status quo (Cartolano *apud* Alves, 2002, p. 39).

A Lei de Diretrizes e Bases que prevalecia e orientava a educação nacional era a lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971 que, próximo ao fim do período de repressão militar e perto do início do período de abertura política, recebe uma emenda por meio da lei n. 7.044 de 18 de outubro de 1982, que altera dispositivos na então vigente LDB. A partir de então, a Filosofia passou a ser disciplina complementar podendo fazer parte dos cursos de Segundo Grau (hoje Ensino Médio) sendo, no entanto, de caráter optativo.

Em resumo, a presença disciplinar da Filosofia no Ensino Médio fica, na prática, a critério de cada estado da Federação. Em vários estados houve mudanças recentes. A partir de 1979, com a progressiva redemocratização do país, vários estados passaram a adotar a Filosofia como disciplina no Ensino Médio da rede pública, por meio de leis estaduais ou recomendações das secretarias estaduais de educação (Fávero, 2004, p. 20).

Após décadas fora do currículo da Educação Básica, o Conselho Nacional de Educação sugeriu, no ano de 1999, que o ensino de filosofia se desse no plano diversificado, apontando a disciplina como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – Ensino Médio, Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Isso nos leva a compreender que já havia uma intencionalidade para que a filosofia retornasse ao currículo como disciplina obrigatória.

Em contraposição, naquele momento não havia ainda uma análise pedagógica criteriosa que pudesse articular esse saber com as demais áreas do conhecimento bem como também não havia uma sistematização de conteúdos que pudessem ser trabalhados e desenvolvidos em sala de aula. Isso permitiu que muitos profissionais, professores que não tinham licenciatura específica na área, assumissem essa disciplina sem preparo algum, simplificando seus objetivos e fins e deixando de proporcionar toda e qualquer articulação necessária à descoberta dos saberes filosóficos.

No ano de 1996, o Congresso Nacional aprova a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n. 9.394/1996. Nela, a filosofia é proposta não como uma disciplina, mas como um conhecimento a ser dominado. Em seu art. 36, § 1º, Inciso III diz: “os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que, ao final do ensino médio o educando demonstre: domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.” Tal pressuposto também fora evidenciado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), talvez como se essa tarefa de formar para a cidadania fosse realmente para uma ou mais disciplinas especificamente ao invés de todas e, certamente, para tanto se encontraria enormes dificuldades haja vista a complexidade do que significa, de fato, essa formação para a cidadania.

Com isso, os Parâmetros acolhem como meritório o que não deixa de comportar um espaço problemático, qual seja, o de restringir o interesse essencial da Filosofia que deve ser ministrada no Ensino Médio a questões, aparentemente,

de Filosofia Política, sendo chamada aqui, em lugar talvez da Educação Moral e Cívica ou da Organização Social e Política Brasileira, a desempenhar um papel politicamente correto (Mec, 2006, p. 10).

Os pareceres e resoluções aprovados no Conselho Nacional de Educação (CNE) interpretam a LDB 9.394/96 atribuindo à Filosofia e resumindo seu papel à tarefa de formar para a cidadania. É o que reafirma a Resolução n. 03/98 (Brasil, 1998) no seu artigo 10, parágrafo 2º: “as propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para que, ao final do Ensino Médio, os estudantes dominem os conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”.

A Filosofia e a formação de professores nas Orientações Curriculares Nacionais (OCNs)

As Orientações Curriculares Nacionais de Filosofia – OCNs (2006) foram diretrizes que se constituíram em um documento dirigido para professores que atuam no Ensino Médio, embora tenha sido elaborado por profissionais e especialistas e pesquisadores das universidades, não participando de sua elaboração os profissionais do magistério que estão no “chão da escola” ou que, de fato, lidam com as especificidades do currículo e sua operacionalização.

A proposta foi desenvolvida a partir da necessidade expressa em encontros e debates com os gestores das Secretarias Estaduais de Educação e aqueles que, nas universidades, vêm pesquisando e discutindo questões relativas ao ensino das diferentes disciplinas. A demanda era pela retomada da discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, não só no sentido de aprofundar a compreensão sobre pontos que mereciam esclarecimento, como também, de apontar e desenvolver indicativos que pudessem oferecer alternativas didático-pedagógicas para a organização do trabalho pedagógico, a fim de atender às necessidades e às expectativas das escolas e dos professores na estruturação do currículo para o Ensino Médio (Brasil, 2006, p. 8).

Nas OCNs (2006), a Filosofia está vinculada às Ciências Humanas e suas tecnologias e o debate ali protagonizado, no que tange ao ensino de filosofia no ensino médio. Parte da reflexão pauta-se na “Identidade da Filosofia”, “nos objetivos da Filosofia no Ensino Médio”, “nas competências e habilidades em Filosofia”, “nos conteúdos de Filosofia” e no que concerne à prática do ensino entendido como “metodologia”.

O que se nota de interessante na introdução do texto é a proposta de que a sustentabilidade da Filosofia como disciplina no Ensino Médio se apoie em dois pontos: sua obrigatoriedade como disciplina do Ensino Médio, inclusive como sendo essa uma condição para que qualquer tipo de atividade pedagógica/filosófica seja realizado; e a formação dos professores de Filosofia nos cursos de graduação.

A afirmação da obrigatoriedade, inclusive na forma de lei, torna-se essencial para qualquer debate interdisciplinar, no qual a Filosofia nada teria a dizer, não fora também ela tratada como disciplina, ou seja, como conjunto particular de conteúdos e técnicas, todos eles amparados em uma história rica de problematização de temas essenciais e que, por conseguinte, exige formação profissional específica, só podendo estar a cargo de profissionais da área (Brasil, 2006, p.16).

Sem uma formação específica nem preparação, com garantia de o ensino de filosofia ocorrer com qualidade, a construção da autonomia a fim de preparar o educando para as realidades vividas também pode ficar comprometida. Mesmo tornando-se obrigatória, a filosofia corria o risco de ser entendida por muitos como sendo algo desnecessário para a vida prática, ou seja, colocar o ensino de Filosofia sob a responsabilidade de profissionais que não estão devidamente habilitados pode tornar-se uma espécie de “vulgarização perigosa de boas intenções que só podem conduzir a péssimos resultados” (Brasil, 2006, p. 17). Buscando evitar esse risco, o texto insiste na centralidade da História da Filosofia como sendo a base e a fonte adequadas para se trabalhar os conteúdos filosóficos em sala de aula; alerta, também, sobre o uso de didáticas que, “mesmo a mais animada e aparentemente crítica” (Brasil, 2006, p. 17), não sejam necessariamente filosóficas.

Cabe, portanto, pensar algumas questões: os jovens estudantes estão envolvidos profundamente com uma cultura do imediatismo e de respostas prontas e acabadas, além de experimentarem uma realidade de fragmentação dos conhecimentos e do currículo escolar muitas vezes descontextualizada das relações que lhe são pertinentes, além de certa apatia na busca por significados que respondam aos seus questionamentos e anseios existenciais. Uma das características vivenciadas na atualidade é o fato de se viver apenas o momento presente, desligando-se das raízes do passado e uma aparente ausência de perspectiva em relação ao futuro. “Estamos diante do apelo ao pragmatismo, da valorização do imediato. Nesse quadro, parece, para alguns, que ensinar e refletir são coisas desacreditadas ou, pelo menos, de importância menor” (Rios, 2002, p. 36).

Portanto, a inserção do ensino da filosofia como obrigatório no currículo do Ensino Médio no Brasil a configurou como uma disciplina capaz de provocar determinada inter-relação entre as diversas áreas do conhecimento, algumas inquietações, reflexões profundas e até mudanças ou transformações que se fazem necessárias para a construção da autonomia do educando, pois, segundo Dimenstein *et al.* (2008, p. 3) a filosofia é uma “disciplina formadora por excelência, [...] dispõe de recursos valiosos para fornecer ao estudante conhecimento sólido e permanente, que ultrapassa a informação superficial e efêmera”.

A BNCC e o Ensino de Filosofia

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que trata do Ensino Médio foi apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em três de abril de 2018 e homologada em 14 de dezembro do mesmo ano. Nela, a filosofia fica diluída nas Competências e Habilidades para a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, permitindo que os professores direcionem os temas que desejam priorizar.

São mudanças que ainda se experienciam do ponto de vista das políticas públicas de educação, e a filosofia, como disciplina da educação básica, está inserida nesse contexto. Entre intempéries e incertezas, entradas e saídas do currículo, ou como tema transversal ou disciplina obrigatória, a filosofia se desnuda e se apresenta em constante movimento.

Lipman (1999) esclarece, do ponto de vista histórico, que as mudanças sociais e econômicas ao longo de séculos serviram para demonstrar que a filosofia é tão sólida quanto necessária:

[...] a filosofia teve de abdicar de toda reivindicação de exercer um papel socialmente significativo [...]. A despeito de sua contínua impotência social, a filosofia permaneceu, em seu próprio domínio, uma disciplina de incrível riqueza e diversidade. Apenas nos últimos séculos é que surgiu um novo sinal sugerindo que a filosofia tem aplicações práticas jamais imaginadas pelos acadêmicos, e aqui e ali existem aqueles que ficam maravilhados diante do vasto panorama de sua aplicabilidade (Lipman, 1999, p. 28).

No Ensino Médio, a filosofia deve, portanto, possibilitar aos jovens e adolescentes a construção do sujeito crítico e pleno, provocando neles uma preparação para que interajam de forma complexa na sociedade em que vivem e em que atuam. É a partir de então que se percebe que a filosofia vem sendo mais discutida, não cabendo apenas pensar apenas o ser ético e crítico, mas adquirir um caráter epistemológico que busca desenvolver competências que dão sentido e fundamentam o convívio humano nas mais diversificadas realidades que ora se constituem na sociedade contemporânea.

Com a expansão da filosofia nas grades curriculares das escolas públicas e privadas em todo o território nacional, os debates estão ficando mais intensos e mais aprofundados quanto à sua necessidade e finalidade no Ensino Médio.

Todavia, é o cenário que está posto é fruto da Reforma do Ensino Médio, Lei n. 13.415/2017 (alterada pela aprovação do Projeto de Lei 5230/23 no dia 09 de julho de 2024, pela Câmara dos Deputados e aguardando sanção presidencial), cuja proposta está consonante com as habilidades e competências previstas na BNCC do Ensino Médio, desencadeando, por sua vez, na estrutura que ora se delinea nos novos livros didáticos (PNLD 2021) já escolhidos pelas escolas para o período de 2022 a 2025.

A nova configuração, pelo que já se observa nos textos/documentos acima citados, em especial na BNCC (2018), além de diluir os conteúdos previstos para o ensino de Filosofia na área denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, contempla ao longo do texto duas áreas da filosofia: epistemologia e ética e filosofia política (Lindberg, 2022). Entretanto, nos novos livros didáticos no PNLD, é possível observar que os conteúdos disponíveis contemplam outras áreas além das citadas.

Entretanto, para que haja, nacionalmente, uma proposta comum, vista como um leque de possibilidades quanto aos conteúdos, o PNLD 2021 aprovou 14 obras para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a partir das quais os professores podem escolher aquela que mais se adapta à realidade de suas escolas. O filósofo brasileiro Hilton Japiassu, citado por Rios (2002), expõe sobre o exercício árduo que é o filosofar e para que filosofar. Na Educação Básica, esse exercício constitui uma tarefa complexa e, em sua totalidade, não é de fácil execução. É a partir dessa concepção que este trabalho busca apontar uma compreensão de como o novo livro didático pode auxiliar no processo de aprendizagem em filosofia no Ensino Médio.

O Livro Didático no Brasil

Os materiais didáticos são todos e quaisquer recursos que podem ser utilizados no processo educativo como forma de contribuir para a aprendizagem do estudante. Existem materiais impressos, considerados recursos visuais, como livros, textos diversos, jornais, revistas, folders, mapas, cartazes, tirinhas, álbuns

seriados e outros; materiais não impressos, também considerados recursos visuais, auditivos e audiovisuais, como quadros, murais, aparelhos de som, músicas, Tvs, computadores, tablets, smartphones, retroprojetores, filmes, peças teatrais, softwares e aplicativos, além de vários outros que se caracterizam como recursos tecnológicos e são utilizados por professores em suas aulas.

A utilização desses materiais se dá de forma distinta e desigual, menos ou mais intensificada, consideradas as realidades diversas das escolas, especialmente entre as públicas e as privadas. Interessa neste estudo, no entanto, discutir sobre o livro didático e sua importância quando aos aspectos da aprendizagem em filosofia.

Compreendido como o principal mediador entre os estudantes e a produção do conhecimento, o livro didático passou por gerações ao longo de décadas cumprindo uma função determinante no processo cognitivo como fonte de leitura e pesquisa. Antes mesmo do uso das tecnologias como a concebemos atualmente, os livros didáticos (em suas mais diversas configurações como enciclopédias, manuais e livros específicos por disciplinas) foram os únicos instrumentos de acesso às informações e aos conhecimentos específicos, por disciplinas, que as crianças, adolescentes, jovens e adultos tinham acesso.

Como política pública no Brasil, os livros didáticos, juntamente com os dicionários, manuais e algumas obras literárias, começam sua trajetória com a criação de Instituto Nacional do Livro (INL), no ano de 1929. O objetivo desse órgão era, na verdade, legislar sobre as políticas e normativos que legitimariam e regulamentariam as políticas sobre tais livros.

Entretanto, só com o Decreto-Lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938, quando instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), é que o livro didático adquiriu uma política de legislação que tratou, especificamente, do caráter de produção e de circulação como material didático a fim de ser utilizado nas escolas públicas. De acordo com Freitag *et al.* (1997), a Comissão desempenhava uma função de maior controle político-ideológico do que, necessariamente, uma função pedagógica ou didática. Conforme analisa Filgueiras (2013, p.166):

[...] examinar e autorizar o uso dos livros didáticos que deveriam ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de todo o país. A CNLD deveria ser integrada por sete membros, designados pelo presidente da República, divididos em especializações: metodologia das línguas, metodologia das ciências e metodologia das técnicas.

Ainda de acordo com a autora, os membros da Comissão foram escolhidos pelo então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, foi composta por professores intelectuais, militares e padres que deveriam estar alinhados ao governo vigente e suas políticas educacionais (Filgueiras, 2013).

Ainda houve avanços após o papel e a legitimidade da Comissão serem questionados. Na publicação do Decreto-Lei n. 8.460, em 26 de dezembro de 1945, o Governo avaliou as condições para produção, importação e utilização dos livros didáticos e, de forma inovadora, atribuiu ao professor a responsabilidade de realizar a escolha do livro para ser utilizado por seus alunos.

No ano de 1967, o governo criou a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) por meio da Lei n. 5327/67. Como a maioria das famílias não podiam pagar pelos livros didáticos editados, o papel da FENAME foi fundamental para que os familiares dos estudantes pudessem adquiri-los. Por meio da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), criada em 1966, quando se deu o acordo entre

o MEC e a USAID, a Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional, a FENAME, além de produzi-los, fazia a logística de distribuição pelo preço de custo que o governo pagava às editoras (Filgueiras, 2013).

A segunda LDB, Lei n. 5.692, foi aprovada em 1971 e gerou novas expectativas no cenário da educação brasileira. Essa reforma educacional desencadeou a extinção da COLTED e pôs fim ao acordo MEC/USAID e, a partir de então, o INL fundou o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), passando a assumir tanto as competências administrativas quanto à gestão financeira dos recursos destinados aos livros didáticos. A extinção do INL se deu em 1976 e, desde então, a FENAME se tornou responsável pelo PLIDEF, ou seja: “[...] mesclava, assim, a função de produtora de livros didáticos e financiadora do mercado editorial privado. Com tal fusão, a FENAME tornou-se uma das mais importantes instituições no âmbito educacional do MEC.” (Filgueiras, 2013, p.12).

As mudanças mais significativas começam a surgir a partir da década de 1980, especificamente, em 1983, quando a FENAME é substituída pela recém-criada Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Em 1985, com a publicação do Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985, é criado o atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e, com isso, passa a substituir o antigo PLIDEF.

A partir da década de 1980, na conjuntura da reconstrução democrática, algumas tímidas ações no âmbito da Fundação de Assistência ao Estudante tangenciaram a discussão acerca dos problemas presentes nos livros didáticos distribuídos no território nacional. Esse movimento coincidiu com importantes debates a respeito dos programas oficiais de História, levados a efeito, sobretudo – mas não exclusivamente – nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Marco na política em relação aos materiais didáticos foi a criação, em 1985, do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (Miranda; Luca, 2004, p. 125).

Compreende-se que, com sua criação, cujo foco ainda era o Ensino Fundamental, o PNLD passou a ser referência no processo de redemocratização do país, quando findado o período da Ditadura Militar, e um programa de política pública de educação que visa a garantir:

- a) a aquisição com recursos do governo federal, com o fim da participação financeira dos estados, com distribuição gratuita às escolas públicas.
- b) a extensão da oferta aos alunos de todas as séries do ensino fundamental das escolas públicas e comunitárias;
- c) a garantia do critério de escolha do livro pelos professores;
- d) o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- e) a reutilização do livro por outros alunos em anos posteriores, tendo como consequência a eliminação do livro descartável (Brasil, 2007, p. 23).

No entanto, a longa escala de produção e a distribuição gratuita em massa dos livros didáticos só começaram a acontecer apenas em 1997, com a extinção da FAE. Em seu lugar, o órgão que assume integralmente a política de execução do PNLD é Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Com relação ao ensino Médio, somente em 2004, pela Resolução n. 38 do FNDE, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). Inicialmente, somente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática

foram contempladas e apenas em 2005 é que esses livros foram distribuídos em todo o país.

De maneira progressiva, as outras disciplinas da Base Comum do Ensino Médio foram sendo contempladas. Em 2007, as disciplinas de História, Biologia e Química foram inseridas no PNLEM e tiveram seus livros distribuídos nas escolas públicas brasileiras; em 2008, Geografia e Física; no ano de 2012, as escolas receberam os livros de Língua Inglesa, Filosofia e Sociologia; somente em 2015 é que Arte foi inserida no Programa e os livros distribuídos em todo o território nacional.

O Livro Didático de Filosofia no PNL

A disciplina filosofia esteve presente no currículo brasileiro antes do período da Ditadura Militar, no entanto, não como disciplina obrigatória. De forma sucinta, é sabido que em 18 de outubro de 1982 a publicação da Lei n. 7.044 alterava alguns dispositivos da então vigente LDB n. 5.692/71 e, com isso, a Filosofia passou a ser disciplina complementar no currículo da educação brasileira. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 9.394/1996) afirma que a filosofia, prevista como disciplina, é um conhecimento necessário ao exercício da cidadania; e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999) acolhe a mesma proposta da LDB de 1996.

Mas foi apenas com a promulgação da Lei n. 11.684³, de 02 de junho de 2008, que a Filosofia (e a Sociologia) passaram a ter os *status* de disciplina obrigatória nos currículos do Ensino Médio. O caráter de obrigatoriedade desta disciplina contribuiu para que a política de Livros Didáticos pudesse contemplar diversas obras de autores brasileiros que já haviam publicações no mercado. Abriu, também, espaços para que outros estudiosos da Filosofia no Ensino Médio pudessem, a partir de suas pesquisas e estudos, dispor seus livros para o PNL.

Se História era uma disciplina que se consolidava quanto aos questionamentos crítico e sociopolítico, conforme os governos brasileiros do século XX acreditavam, tanto na Democracia Republicana quanto na Ditadura Militar, é certo que a Filosofia se apresentasse ainda mais como uma disciplina e um saber que adentra de forma mais consistente essa seara, explora os campos da ética e da moral do indivíduo e da sociedade na qual está inserido e, ainda mais, provoca-o a agir sobre si e sobre o mundo, transformando-os.

Se antes havia um controle político e ideológico por parte das comissões que analisavam os conteúdos dos livros didáticos, com maior atenção para o livro de História, autorizando ou não suas publicações, a democratização das políticas dos livros didáticos vem pôr fim à antiga postura dominante e limitadora para possibilitar a dialogicidade e a criticidade em todas as áreas do conhecimento.

É nesse novo contexto que os livros didáticos de filosofia se inserem, como disciplina que retorna às salas de aulas das escolas, públicas e privadas, em todo o território nacional.

Apesar de o PNL ter sido implantado em 1985, apenas em 2010 é que autores dos livros didáticos de Filosofia puderam participar do edital e apresentar suas propostas que, ao todo, foram 15. Destas, três foram aceitas e fizeram parte do Guia de 2012 (Brasil, 2011): *Filosofando: introdução à filosofia*, das autoras Maria

³ Altera o art. 36 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

Helena Pires Martins e Maria Lúcia de Arruda Aranha (Editora Moderna); *Fundamentos de Filosofia*, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes (Editora Saraiva); e *Iniciação à Filosofia* da filósofa brasileira Marilena Chauí (Editora Ática).

No Guia PNL 2012 – Filosofia, as **seções** “perfil das obras selecionadas e perspectivas” e “resenhas” trazem informações que permitem ao professor escolher “[...] o livro didático que mais bem se adapte ao seu planejamento, à sua prática didática em filosofia e ao projeto político-pedagógico de sua escola” (Brasil, 2011, p. 7).

Para tanto, foram analisadas questões que levaram em consideração alguns critérios. São eles:

- Adequação a legislação, as diretrizes e as normas oficiais relativas ao ensino médio (Constituição Brasileira; LDB 1996; ECA; DCNEM; Resoluções e Pareceres do CNE);
- Análise geral da proposta pedagógica e metodológica (conteúdo, abordagem, e objetivos de ensino e aprendizagem)
- Análise dos aspectos editoriais da obra, tais como legibilidade gráfica, adequação do tamanho das letras; qualidade dos desenhos; espaçamento entre letras, palavras e linhas; do formato, dimensões e disposição dos textos na página;
- Análise específica da proposta de ensino de filosofia (a multiplicidade do debate filosófico se oferece uma orientação filosófica geral e não a perspectiva de uma única “escola”);
- Análise específica do Manual do Professor – os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam sua proposta didático-pedagógica (Brasil, 2011).

O segundo edital previa livros didáticos de filosofia (2013); das 13 propostas que foram apresentadas para análise (menos que no anterior), cinco foram aprovadas: as três da edição anterior (2012) além dos livros *Filosofia: Experiência do Pensamento* (Editora Scipione), de autoria do professor Sílvio Gallo, e *Filosofia: por uma Inteligência da Complexidade* (Pax Editora), de Celito Meier.

Participaram do terceiro edital, em 2016, 12 propostas para o triênio 2018-2020, das quais oito foram aprovadas: quatro reeditadas do PNL 2015 (*Filosofia: Experiência do Pensamento*; *Fundamentos de Filosofia*; *Iniciação à Filosofia*; *Filosofando: Introdução à Filosofia*), além de mais quatro que atenderam as propostas do Edital: *Reflexões: Filosofia e Cotidiano* (SM), José Antônio Vasconcelos; *Filosofia: Temas e Percursos* (Berlendis & Vertecchia Editores) de vários autores: João Vergílio Cuter Luiz Repa, Marco Valentim, Paulo Vieira Neto, Roberto Bolzani Filho e Vinicius de Figueiredo; *Filosofia e Filosofia: Existência e Sentidos* (Autêntica), de Juvenal Savian Filho; *Diálogo: Primeiros Estudos em Filosofia* (Moderna), de Ricardo Melani.

No meio do processo do PLND 2018, o Programa ganhou novo título no Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017, assinado pelo Presidente, na época, Michel Temer, e passou a ser denominado “Programa Nacional do Livro e do Material Didático”, embora a sigla permaneça a mesma; sendo de sua competência, a partir do decreto, avaliar, e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas, literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa.

Tabela 01 – Comparativo das três primeiras participações da disciplina Filosofia no PNLD

	PNLD 2012	PNLD 2015	PNLD 2018
Edital	2010	2013	2016
Impressão	2011	2014	2017
Distribuição	2012	2015	2018
Vigência	2012-2014	2015-2017	2018-2020
Propostas	15	13	12
Aprovação	3	5	8

Fonte: Elaboração dos autores (2024)

Destaca-se que, nessa edição, todas as obras trouxeram referências que remetem a sites, blogues, revistas digitais, por meio de links ou de QR code. Do primeiro processo de seleção das obras, ocorrido a partir do Edital de 2010 até a edição do PNLD 2018, percebe-se que as propostas editoriais, antes não tão preparadas, adquiriram e apresentaram melhor qualidade haja vista o aumento de aprovação em relação aos resultados anteriores, ou seja, um maior número de livros atendeu aos critérios dos editais.

O novo livro didático das Ciências Humanas – PNLD 2021

O PNLD 2021, adequando sua estruturação às legislações educacionais vigentes, em especial a BNCC – Ensino Médio, propõe que os livros não sejam mais editados por disciplinas separadamente, e sim por áreas do conhecimento, justificando, para tal, o caráter interdisciplinar e a transversalidade. É o que está previsto no guia digital do PNLD 2021:

A partir dessa abordagem, indivíduos compreendem que um mesmo fato ou tema pode ser observado e estudado a partir de diferentes pontos de vista, o que se torna um pilar para a construção do pensamento crítico, capaz de questionar as informações, apurar sua veracidade e aceitar que pode existir mais de uma resposta para uma mesma pergunta. A transversalidade entre as disciplinas estimula os estudantes a pensar por si próprios, usando sua autonomia para enxergar soluções diferenciadas para velhos problemas – o que leva à inovação. Com criatividade, autonomia e curiosidade, cada indivíduo se sente seguro para elaborar seu repertório e utilizá-lo na descoberta de respostas inovadoras.

É com essa perspectiva que seguem as discussões e avaliação do Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático (PNLD), edição 2021.

O vigente PNLD 2021, quando lançado, foi realizado em duas fases com seus objetos definidos. A primeira apresentou e distribuiu às escolas as obras dos “Projetos Integradores” e “Projeto de Vida”, ainda em 2021. A segunda fase, ocorrida a partir de 2022, trouxe as “Obras por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas”, “Obras de Formação Continuada”, “Recursos Digitais” e “Obras literárias”, as quais serão utilizadas durante um ciclo de quatro anos, ou seja, até o final do ano de 2025.

Foram 14 coleções aprovadas pelo PNLD dentre as Obras Didáticas para a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e disponíveis para a escolha na página do Guia Digital *on line*.

Tabela 02 – Obras aprovadas para as Ciências Humanas E Sociais Aplicadas – PNLD 2021

TÍTULO DA COLEÇÃO	EDITORA
PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	Palavras Projetos Editoriais
SER PROTAGONISTA – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	Edições SM
MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	Editora AJS
CONTEXTO E AÇÃO	Editora Scipione
HUMANITAS.DOC	Saraiva Educação
INTERAÇÃO HUMANAS	Editora do Brasil
CONEXÃO MUNDO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	Editora do Brasil
MULTIVERSOS – CIÊNCIAS HUMANAS	Editora FTD
PRISMA – CIÊNCIAS HUMANAS	Editora FTD
DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	Editora Ática
MODERNA PLUS – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	Editora Moderna
IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	Editora Moderna
CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	Editora Moderna
DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	Editora Moderna

Fonte: Guia Digital PNLD 2021 – Didático. Formatação do autor (2024)

Cada coleção dispõe de seis volumes, os quais poderão ser trabalhados em sala de aula durante o Ensino Médio, não havendo, necessariamente, uma ordem de qual volume ou conteúdos deverão ser trabalhados primeiro que outro ou vice-versa.

De acordo com o guia digital do PNLD 2021, os materiais didáticos devem, portanto, contemplar as competências gerais, competências específicas e habilidades previstas na BNCC para todas as áreas do conhecimento e de forma interdisciplinar.

O material didático das obras por área do conhecimento explora a aprendizagem interdisciplinar, sugerindo caminhos de articulação entre os diferentes componentes curriculares. As práticas específicas desses componentes curriculares devem contribuir para que a diversidade de vivências e experiências seja favorecida na articulação que o trabalho proporciona. A interdisciplinaridade deve conferir ferramentas para enriquecer a visão de mundo dos estudantes.

É com essa perspectiva que se justifica a aplicabilidade do livro didático por área do conhecimento e não mais por disciplina. Além de proporcionar a aprendizagem interdisciplinar, o livro didático como está atualmente configurado também permite que o trabalho didático-pedagógico desenvolvido em sala de aula pelos professores se organize de tal forma que os temas e eixos temáticos sejam integrados às disciplinas e às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas.

No final de 2021, os professores da Escola Estadual Antônio Gomes, em Brejo do Cruz/PB, realizaram a escolha dos novos livros didáticos por área do conhecimento. Muitos livros já tinham sido enviados de forma impressa pelas editoras que tiveram suas obras aprovadas para o PNLD 2021; outra parte só foi conhecida de forma *on line* pelo site oficial do Programa⁴, embora cada editora disponibilizasse suas obras e guias para consulta e *download* em seus próprios sites. Antes da escolha oficial dos livros, todos os professores tiveram acesso às obras e, individualmente, realizaram suas análises de acordo com os critérios subjetivos, didáticos e metodológicos de cada profissional.

A coleção escolhida para a área das Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) foi uma das quatro coleções da Editora Moderna, a saber, “Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”.

Apesar de a estrutura das obras seguir as orientações do PNLD quanto aos conteúdos e organização dos capítulos, algumas questões levaram os professores a escolher, coletivamente, a coleção citada: a quantidade de autores da obra e suas respectivas qualificações acadêmicas, linguagem acessível aos estudantes, organização dos capítulos por temas e subtemas, mapa conceitual⁵ de orientação da obra, as imagens e infográficos escolhidos, os autores citados nos textos, além de outros detalhes que serão destacados mais adiante no texto.

Cada volume da coleção dispõe de seis capítulos distribuídos, em média, por 150 páginas. Ora, os seis volumes da coleção dispõem em sua totalidade de 900 páginas de conteúdo, o que se pressupõe que constituiria, em média, 225 páginas para cada uma das quatro disciplinas das Ciências Humanas. No entanto, não é bem assim; os conteúdos destinados à Filosofia totalizam 105 páginas para todos os anos do Ensino Médio que, distribuídas nos seis volumes, resultam em 17,5 páginas para essa disciplina.

Os autores, na apresentação do referido manual, dirigem-se aos estudantes e professores enfatizando a necessidade que se tem em acompanhar as políticas educacionais que se encontram em constante transformação, desencadeadas tanto pela BNCC – Ensino Médio como pela Reforma do Ensino Médio, que definiram uma nova organização curricular para essa etapa do ensino. Também pressupõem e acreditam que a coleção está organizada em conformidade com o que almeja tanto a BNCC quanto o PNLD 2021.

Por tudo isso, esta coleção une o trabalho de autores e autoras experientes dos quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com o objetivo de subsidiar uma experiência de ensino-aprendizagem que seja realmente significativa, colaborando com o trabalho docente para o efetivo desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para os estudantes do Ensino Médio e contribuindo para a formação de indivíduos críticos, participativos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo, tolerante e sustentável (Braick *et al.*, 2020, p. III).

A fala dos autores se fundamenta em um conjunto de fatores que compõe a estrutura do livro do estudante: dispõe de um sumário detalhando os conteúdos de cada um dos seis capítulos, uma seção mostrando como o livro está organizado; e outra, denominada “Introdução aos estudos”, a qual propõe que os estudantes

⁴ Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/inicio

⁵ Disponível em:

<https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/obras-didaticas/area-de-conhecimento/ciencias-humanas-e-sociais/moderna-plus>

conhecerão os aspectos filosóficos, sociais, políticos, econômicos e ambientais relacionados ao tema do livro, além de explicitar os objetivos e justificativa para os conteúdos ali dispostos, relacionando-os com as Competências e Habilidades previstas na BNCC – Ensino Médio.

Conteúdos de Filosofia na Coleção “Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”

Ao analisar os seis volumes da coleção Moderna Plus, verifica-se que existe uma vasta gama de conteúdos filosóficos que são explorados na obra em questão. No entanto, também é preciso que se deixe claro que eles estão postos de forma bastante resumida se comparados com os livros de filosofia dos Programas anteriores quando eram apenas por disciplina e que muitos desses conteúdos ou temas, em grande parte, ocupam metade ou menos da página completa.

É ciente que o ensino de filosofia na educação básica trabalhe os conceitos fundamentais ao longo da história da filosofia a fim de fornecer subsídios teóricos e desenvolver o pensamento crítico dos estudantes, mas não somente; que, essencialmente, consolide-se como uma “experiência do pensamento” ou um “exercício do pensamento filosófico”.

Tabela 03 – Lista dos conteúdos filosóficos na coleção Moderna Plus

VOLUME 1: NATUREZA EM TRANSFORMAÇÃO
CAPÍTULO 03: PERSPECTIVAS SOBRE A NATUREZA
O estudo da natureza na Grécia Antiga
O estudo da natureza na modernidade
O estudo da natureza na contemporaneidade
VOLUME 2: GLOBALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA
CAPÍTULO 06: O SUJEITO EM TRANSFORMAÇÃO
Do século XIX ao XX: a crise da subjetividade
Fenomenologia
Sartre e o existencialismo
Beauvoir: a mulher e o existencialismo
Merleau-Ponty: a experiência vivida
A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade
VOLUME 3: TRABALHO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAPÍTULO 01: O SABER E A AÇÃO HUMANA NO MUNDO
Ócio e negócio
Teorias da modernidade
Trabalho e ciência
Nascimento das ciências humanas
Ciência e valores
VOLUME 4: PODER E POLÍTICA
CAPÍTULO 01: CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE FILOSOFIA POLÍTICA
Política: para quê?
Poder e força
Institucionalização do poder do Estado
Estado e legitimidade do poder

A filosofia política na Antiguidade: o cidadão da pólis
Concepções políticas na modernidade
O projeto democrático contemporâneo
VOLUME 5: SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA
CAPÍTULO 01: CULTURA: UMA TRAJETÓRIA HUMANA
O conceito de cultura
Quem é você?
O comportamento animal
A linguagem
Cultura, educação e diversidade
Paternalismo e autoritarismo na cultura brasileira
A crença
A morte
VOLUME 6: CONFLITOS E DESIGUALDADES
CAPÍTULO 05: VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS
A violência que salta aos olhos
Tipos de violência
A violência ilegítima do Estado: totalitarismo e autoritarismo
Filosofia da não violência
Direitos humanos: entre a vigência e a eficácia

Após analisados os temas filosóficos propostos na coleção Moderna Plus, foi possível identificar que eles contemplam as principais áreas da filosofia, como Metafísica, Ética e Moral, Filosofia Política, Epistemologia, Teoria do Conhecimento, Filosofia da Linguagem, Antropologia Filosófica, Filosofia da Natureza e História da Filosofia. A Estética não está contemplada de forma direta nos conteúdos filosóficos, mas aparece em outros capítulos podendo ser associada de maneira interdisciplinar. A área que ficou ausente ou não contemplada foi a Lógica.

Ação/intervenção com o uso de tema filosófico no novo livro didático por área do conhecimento

A ação educativa/pedagógica relatada neste trabalho tem, substancialmente, enfoque educacional e filosófico e busca analisar o processo de aprendizagem dos estudantes em filosofia, a partir da utilização do novo livro didático organizado por área de conhecimento aprovado no PNL D 2021.

O que motivou esta ação/intervenção foi a tentativa em compreender como a filosofia ensinada a partir dos temas disponíveis no livro didático utilizado no Ensino Médio da Escola Estadual Antônio Gomes (Brejo do Cruz/PB) pode contribuir para a experiência discente em filosofia.

As aulas e discussões aconteceram em sala de aula com a participação de 28 estudantes matriculados, todos frequentando assiduamente a rotina escolar.

- Local: Escola Estadual Antônio Gomes, município de Brejo do Cruz/PB (zona urbana);
- Público-alvo: a ação foi realizada com estudantes de uma turma de 3ª série do Ensino Médio de escola pública;
- Faixa etária: 16 a 20 anos;
- Quantidade de aulas: 06 aulas;
- Tempo de cada aula: 45 minutos;

- Número do universo de sujeitos envolvidos na ação/intervenção: 28
- Instrumentos de coleta de dados: atividade avaliativa como síntese e compreensão dos conceitos estudados/discutidos com perguntas objetivas e discursivas.

O objetivo geral desta ação é compreender como os temas da filosofia no novo livro didático podem contribuir para que a experiência discente em filosofia no Ensino Médio se constitua como proposta crítica de aprendizado como experiência do pensamento filosófico. Decorrente desse objetivo, foi possível analisar os conceitos da filosofia a partir da abordagem por temas disponíveis no novo livro didático dos estudantes do ensino médio; identificar perspectivas que favoreçam o ensino de filosofia em sala de aula como exercício do pensamento filosófico; investigar se os conteúdos da filosofia nos livros didáticos do PNL D 2021 são importantes para provocar nos estudantes a capacidade de exercitar filosoficamente o pensamento crítico-reflexivo sobre si e sobre sua realidade.

Procedimentos metodológicos

Essa ação/intervenção utiliza procedimentos metodológicos pautados em uma abordagem de natureza qualitativa, o que se justifica porque

A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. [...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (Minayo, 2014, p. 22).

Para a autora, o pesquisador poderá dispor de uma liberdade teórico-metodológica para desenvolver seus trabalhos, pois essa modalidade de pesquisa responde a questões que são muito específicas. A abordagem utilizada é caracterizada pela pesquisa-ação, por se constituir em um

[...] tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1988, p. 15).

O autor compreende que nessa abordagem há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas, cujo objetivo é resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação investigada. Para ele, a pesquisa “pretende aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o ‘nível de consciência’ das pessoas e grupos considerados” (Thiollent, 1988, p. 16).

A ação/intervenção pensada como uma experiência discente em filosofia dadas a partir dos temas da filosofia disponíveis no novo livro didático do ensino médio se deu da seguinte forma:

- Desenvolvida em 06 aulas e culminou com a entrega de um trabalho escrito de caráter avaliativo;
- Os estudantes da turma escolheram no livro didático, juntamente com o professor, a Filosofia Política como tema central das aulas;

- A temática das aulas abordou os conceitos de “política, poder e força”, e “Estado Ideal” em Platão que foram estudados e discutidos nas aulas planejadas previamente para a ação educativa/pedagógica;
- Os estudantes também realizaram pesquisas em meios digitais sobre os conceitos abordados relacionando-os às questões e(ou) fatos da atualidade fazendo *link* com exemplos apresentados nas mídias;
- Por meio de um instrumento avaliativo, os estudantes farão uma síntese do que compreenderam dos conceitos trabalhados.

Descrição das aulas

Aulas 01 e 02: realizadas no dia 04 de abril de 2024, as aulas tiveram início com a leitura de um texto situado no início do volume 04: PODER E POLÍTICA, na seção “Início de Conversa” (Braick *et al.*, 2020, p. 8) como forma de sensibilizar ou motivar os estudantes a discutirem o tema “política”. Esse se configurou como momento introdutório e cada parágrafo foi lido por um estudante de forma voluntária. O texto procura sensibilizar os estudantes, chamar atenção com uma questão atual, qual seja, o uso das redes sociais como ferramenta de debates sobre diversos temas, inclusive a política.

O texto introdutório aponta questionamentos a partir de problemas gerados pela discussão dada nos parágrafos anteriores. São, na verdade, provocações que procuram transformar o tema proposto em um problema filosófico e, ao mesmo tempo, fazer com que cada aluno suscite em si o desejo de encontrar possíveis soluções. Os questionamentos deram margem a uma discussão entre os estudantes mediadas pelo professor pesquisador até o momento que ele apresentou à turma o tema que seria estudado a partir de então.

Na sequência, o professor fez uma exposição oral, dialógica, sobre o conceito de política, sua etimologia e os vários sentidos que o termo adquire ao passar do tempo. Ao final da fala, os estudantes acompanharam a leitura do texto “Política: para quê?” (Braick *et al.*, 2020, p. 10) que abre o primeiro capítulo livro “Conceitos fundamentais de filosofia política”. O texto foi lido de forma espontânea e revezada entre os estudantes.

Caminhando para os últimos momentos da primeira aula, considerada uma introdução geral à Filosofia Política, o professor fez uso da fala para relacionar os conceitos de “poder” e “força” (Braick *et al.*, 2020, p. 11) e, para tanto, leu em voz alta para toda a turma o texto que se encontra no livro didático.

Na sequência, foram feitas observações de como é possível exercer o poder, e citou alguns exemplos que diferenciam as várias formas de se fazer uso da força, quer seja por convencimento (argumentação), quer seja por coerção (força física). Encerrando as aulas, o professor fez uso de mais um recurso do livro, box “Trocando ideias” (Braick *et al.*, 2020, p. 11), em que foi possível indicar a obra “Ligações perigosas”, de Choderlos de Laclos, publicada em 23 de março de 1782 na França. Enfatizou que a obra teve inúmeras adaptações para o teatro e o cinema e, no Brasil, a TV Globo adaptou o clássico em uma minissérie estreada em janeiro de 2016.

Após partilhada a sinopse, o professor enviou o livro, em formato e-book, para os estudantes, além de disponibilizar o *link* para *download*, bem como o *link* do filme no grupo de whatsapp da turma para os que desejassem.

- Livro em formato e-book:
<https://www.infolivros.org/livro/amizades-perigosas-pierre-choderlos-de-laclos/>

- Link para assistir ao filme *on line*: <https://ok.ru/video/2416064072277>

Aulas 03 e 04: as aulas ocorreram no dia 11 de abril, sendo iniciadas com breve recapitulação dos conteúdos explorados nas aulas anteriores. Em seguida, o professor apresentou uma imagem (Gallo, 2016, p. 191), projetada em TV, fixada na sala de aula, que ilustra estudantes reunidos em assembleia para contestar a ação policial no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Explicou que a organização política estudantil é muito importante, pois se constitui em torno dos interesses culturais, sociais e educacionais dos estudantes.

Foi realizada uma breve reflexão indicando que, atualmente, muitas pessoas pensam que a política é algo distante da realidade de cada um de nós, que só diz respeito aos que se dedicam a ela profissionalmente, assumindo cargos públicos e participando da administração das cidades, estados e países. É corriqueiro acreditar que os cidadãos ou pessoas comuns precisam apenas se preocupar com o voto, na época das eleições. Para desconstruir essa visão que o senso comum impõe, o professor explicou que é a filosofia que fornece elementos para pensar a política de forma mais abrangente e mostrar que somos seres políticos, que agimos politicamente ao nos relacionarmos com as pessoas com as quais convivemos.

Concluído o momento inicial, o professor convidou a turma a realizar leitura coletiva do texto que trata da “filosofia política na Antiguidade” (Braick *et al.*, 2020, p. 12) e que está no livro didático utilizado pelos estudantes. A leitura, mais uma vez, ocorreu de forma espontânea: um estudante lia um parágrafo e outros davam prosseguimento.

Na sequência, o professor escreveu um pequeno texto no quadro, intitulado “O pensamento político grego”, para os estudantes copiarem em seus cadernos, retirado do livro *Experiência do Pensamento*, de Sílvio Gallo (2016, p. 195). Após a leitura e escrita do texto, foi possível analisar os conceitos da história da filosofia que serviram, na prática, para fundamentar os pensamentos que deram origem ao problema já mencionado, bem como possibilitar pensar filosoficamente sobre o próprio problema.

Após a leitura, e para melhor assimilação do que seria a “Pólis”, o professor pesquisador propôs que todos assistissem ao vídeo intitulado “Grécia Antiga: as cidades-Estados” de autoria do professor Fernando Lourenço⁶ com duração de 23 minutos e disponível no Youtube. Foi passado diretamente na TV e está fixado diretamente na sala de aula como recurso tecnológico.

- Link do filme: <https://www.youtube.com/watch?v=OXZXbK0f-0U>.

O filme dispõe de informações importantes sobre os principais aspectos que caracterizavam as cidades-estados gregas.

Aulas 05 e 06: essas duas últimas aulas aconteceram no dia 18 de abril, data próxima ao encerramento do bimestre, que se daria na semana seguinte, dia 26. Após acolhimento dos estudantes, o professor fez uma síntese sobre o que foi discutido nas aulas 03 e 04. Em seguida, foi apresentada na TV e em formato de slide uma história em quadrinhos baseada na Alegoria da Caverna de Platão, “As sombras da Vida”⁷ em que o cartunista brasileiro Maurício de Sousa faz uma criativa adaptação do referido conto presente na obra *A República*, em seu livro VII.

⁶ Fernando José Lourenço Filho, Professor de História no Colégio Colégio Henri Wallon / Escola Recrearte – HWR (São Paulo-SP).

⁷ Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>

Depois de realizada a leitura dos quadrinhos, foi feita pelo professor uma exposição sobre a importância de quem foi Platão para a filosofia. Foi dito que ele costumava citar mitos e alegorias no intuito de tornar mais concreta a exposição e preparar o terreno para a demonstração abstrata de suas ideias. Quanto à "Alegoria da Caverna", o professor pontuou que sua análise pode ser feita sob dois pontos de vista: um deles relativo ao conhecimento (ou à epistemologia) e o outro à política.

- Do ponto de vista epistemológico, o filósofo volta para despertar nos outros o conhecimento verdadeiro, elevando-os da opinião à ciência, da aparência sensível das coisas (as sombras) ao inteligível (a realidade das ideias).

- Do ponto de vista político, cabe ao filósofo ensinar, procedendo à educação política pela transformação das pessoas e da sociedade, desde que essa ação se oriente pelo modelo ideal contemplado. Mais que isso, apenas o filósofo deve governar (o rei-filósofo)

Em seguida, foi proposta a leitura coletiva do tópico que trata do Estado ideal para Platão (Braick *et al.*, 2020, p. 16), aquele que, para ser bem governado, precisa que "os filósofos se tornem reis, ou que os reis se tornem filósofos", ou seja, apenas os cidadãos preparados e capacitados é que deveriam governar a cidade. O professor ponderou que, para Platão, uma cidade organizada e administrada com justiça possibilitaria que cada um fosse feliz, vivendo da maneira mais adequada ao seu caráter, e ao mesmo tempo contribuísse para a comunidade de acordo com suas capacidades.

Após a leitura do texto, o professor, concluindo as 06 aulas, fez algumas considerações sobre o Mito da Caverna e o Estado ideal platônico. Chamou a atenção da turma para o indivíduo que conseguiu se soltar das correntes e contemplou, à luz do dia, os verdadeiros objetos ou coisas da realidade. Esse representa o filósofo, aquele que saiu do mundo das sombras para alcançar o conhecimento verdadeiro, ou seja, a pessoa do filósofo tem a responsabilidade de "voltar à caverna" (encontrar os menos sábios) para orientá-los ao caminho da sabedoria.

Afirmou para a turma que a política é um tema que cada vez mais pessoas julgam conhecer bem e, por isso, é comum ver quem se sintam aptos a falar sobre essa temática. No entanto, nem sempre as ideias de quem fala sobre o tema têm consistência, porque às vezes falta repertório de conceitos que possibilite pensar criticamente a atividade política.

Instrumentos avaliativos

A avaliação prevista ao final da ação educativa/pedagógica com o livro didático permitiu que os estudantes fizessem uma síntese do que compreenderam dos conceitos da história da filosofia desenvolvidos no decorrer das aulas.

O instrumento avaliativo foi aplicado no dia 25 de abril de 2024, em sala de aula, com todos os estudantes da turma. O professor sugeriu que fizessem duplas a fim de que as respostas pudessem ser melhor pensadas e compartilhadas entre os pares. Foram elaboradas 06 questões; 03 pelo professor, 01 retirada de livro didático estudado, 01 do ENEM PPL 2020, e 01 da UEL 2010 (Universidade Estadual de Londrina), cujos temas foram utilizados durante as aulas.

A avaliação é um processo que precisa ser entendido como um instrumento de atribuir valor ou conjunto de ações para auxiliar o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas aos estudantes no ambiente escolar, mas

não é tão simples compreender esse conceito. Conforme afirma Libâneo (1994, p. 195),

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escola.

Isso implica que avaliar não é só aplicar questões e, ao final, verificar os rendimentos quantitativos em relação ao instrumento aplicado pelo professor em sala de aula. Avaliar exige planejamento, uma elaboração que norteie os fins que se deseja alcançar após sua aplicação, exige análise de rendimentos do processo de ensino e aprendizagem. Mas será que avaliar na filosofia requer as mesmas funções pontuadas por Libâneo? É possível avaliar filosoficamente os estudantes ao final de cada ciclo de aprendizagem?

A avaliação proposta na turma não só analisou a coerência das respostas com os conteúdos filosóficos trabalhados nas aulas, como também buscou perceber o exercício do pensar desenvolvido pelos estudantes a partir das leituras, das reflexões, dos debates, dos conceitos estudados no contexto da história da filosofia e na relação que deles são feitas com a realidade atual.

Haja vista a avaliação ter sido em dupla, o professor avaliou 14 instrumentos respondidos, uma vez que a turma é composta por 28 estudantes que compareceram em sua totalidade no dia da aplicação. Do total de 06 questões, 04 foram objetivas; e 02 discursivas, sendo uma das duas de caráter subjetivo.

Tabela 04 - Quantitativo de acertos e erros por questão na avaliação

	Acertos	percentual	Erros	percentual
Questão 01	13	86,7%	2	14,3%
Questão 02	14	100,0%	0	0,0%
Questão 03	10	71,4%	4	28,6%
Questão 04	Subjetiva		Subjetiva	
Questão 05	11	78,6%	3	21,4%
Questão 06	08	61,5%	5	42,9%

Por fim, a ação pedagógica/educativa com o novo livro didático por área do conhecimento demonstra que foi possível realizar uma experiência discente em filosofia na sala de aula a partir dos temas que nele estão elencados. No entanto, para que os objetivos almejados fossem alcançados, foi necessária a utilização de outra bibliografia (livro) bem como de outros recursos não disponíveis no livro do estudante como imagens e vídeos. Isso não se configura como um ponto negativo, haja vista que se utilizava dessa mesma estratégia mesmo quando os livros eram específicos da disciplina.

Considerações finais

O itinerário percorrido pela filosofia como disciplina na educação básica brasileira não é somente uma história de luta, é também de resistência. Pelo menos há quatro décadas, ela tenta se consolidar não só como uma disciplina, mas também como um conhecimento necessário para desenvolver a autonomia crítica e o pensamento reflexivo sobre os problemas da realidade de cada indivíduo. É um caminho que tem início com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/1996) e, neste momento, tem como ponto de chegada as novas concepções

de Competências e Habilidades elencadas tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em particular, na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, quanto na legislação que estabelece as diretrizes no Ensino Médio no Brasil.

Mas que filosofia ensinar a aprender nessa etapa de ensino para adolescentes, jovens e adultos? Buscar responder essa questão implica saber qual filosofia norteia o trabalho do professor ou qual concepção de filosofia orienta sua ação educativa/pedagógica em sala de aula. Não havendo clareza quanto a essa questão, o professor corre sério risco de procurar transmitir aos estudantes todo o conhecimento adquirido na graduação e na pós-graduação, como se filosofia fosse um compêndio de conhecimentos. Tomando Nietzsche como referência, Gallo afirma que tal postura poderá surtir efeito contrário ao que o ensino de filosofia no ensino médio propõe: “o desprezo pela filosofia pode ser provocado quando, em seu ensino, ela não aparece conectada à vida” (Gallo; Aspis, 2009, p. 10).

Compreende-se que ensinar filosofia é procurar realizar uma “experiência do próprio pensamento como exercício filosófico”. E como fazê-la? – pensando e trabalhando os conceitos em sala de aula a partir de temas propostos nos livros didáticos, refletindo sobre eles e associando-os à nossa realidade. Dessa forma, aproximamo-nos mais dos objetivos/fins do ensino de filosofia e, ao mesmo tempo, conseguimos despertar “curiosidades” nos estudantes para que eles se posicionem diante de si e do mundo.

Para tanto, o livro didático tem papel fundamental na condução dessa experiência do pensamento como exercício filosófico. Apesar de as mídias sociais estarem presentes em todas as realidades brasileiras, não há garantia da seriedade da fonte nem da formação dos seus autores quando se busca pesquisar e conhecer sobre determinado tema. É preciso maturidade para saber filtrar os *sites* e seus conteúdos, os autores sérios, pesquisadores comprometidos com as “ciências” para que não nos deixemos levar pelas ditas *fake news*.

O livro didático, por sua vez, tem essa garantia de caráter verossímil de *episteme*, uma vez que é considerado instrumento importante na prática pedagógica, em especial, a partir do ano de 1985, quando foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para os estudantes das escolas públicas brasileiras. Desde então, o PNLD vem modificando o cenário da educação brasileira, por causa de suas abordagens teórico-metodológicas inovadoras, buscando apresentar aos professores diversas opções e alternativas diferenciadas de trabalhar os conteúdos.

Foram três edições do PNLD de filosofia antes dos novos livros por área do conhecimento em adequação à atual BNCC – Ensino Médio. Essa nova configuração do novo livro didático (PNLD 2021) foi o que motivou esta pesquisa-ação intitulada “Os temas da filosofia no novo livro didático do ensino médio como possibilidade da experiência discente em filosofia”. A experiência feita com a utilização do novo livro em seis aulas, de forma planejada e sistematizada, procurou compreender como a filosofia ensinada a partir dos temas ali disponíveis poderia contribuir para a experiência discente em filosofia.

O livro utilizado, de maneira geral, está bem organizado, possui estrutura didática bem consolidada como boxes (seções) que auxiliam o professor e, conseqüentemente, os estudantes, conforme já descrito anteriormente. Consegue atender o percurso, do ponto de vista da história da filosofia, que vai desde a antiguidade até a contemporaneidade apresentando os principais conceitos e os filósofos que os abordaram.

No entanto, é preciso observar que os textos são bastante resumidos, exigindo que outras bibliografias sejam utilizadas como forma de complementar ou aprofundar os conceitos estudados. Os textos dos filósofos também são pouco explorados e, mesmo quando existem, são apenas fragmentos em caráter de citação. As indicações de livros quase inexistem, são pouquíssimas. E, como forma de estimular os estudantes a compreenderem os conceitos de cada capítulo, é sentida a ausência de indicação de filmes que os ajudariam a assimilar melhor esses conceitos na relação com o cotidiano. As atividades, em alguns momentos, são propostas de forma que o estudante necessitaria de maior aprofundamento quanto aos conteúdos quando, na verdade, só é disponibilizada no currículo uma aula semanal para a disciplina filosofia e, por isso, muitas dessas atividades acabam não sendo utilizadas. Poderiam se adequar ainda mais ao formato das avaliações nacionais e de larga escala, por exemplo, como o ENEM. Observa-se que, também, as questões dissertativas são importantes, não desconsiderando a necessidade de sua utilização, embora tais questões pudessem explorar mais a compreensão dos estudantes quanto aos conceitos estudados.

Por fim, as questões desenvolvidas durante a pesquisa, certamente, terão implicações nos sujeitos participantes da ação, uma vez que se acredita haver uma indissociabilidade do conhecimento pensado, refletido e produzido por eles com o seu aprendizado filosófico.

Referências

ALVES, Dalton José. **Filosofia no Ensino Médio: ambiguidades e contradições na LDB**; Campinas, SP: Autores associados, 2002.

BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Manual do Professor**. São Paulo: Moderna, 2020. (Livro 04 – Poder e política)

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio** – Parte IV – Ciências Humanas e suas tecnologias, Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**, V. 3. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008: Ciências**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2012: Filosofia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2015: Filosofia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2018: Filosofia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital PNLD 2021: obra didáticas por área do conhecimento e específicas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de

- Educação Básica, 2021. Disponível em:
https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico. Acesso em: 12 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. **Filosofia no ensino de 2º grau**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- DIMENSTEIN, Gilberto; STRECKER, Heider; GIANANTI, Álvaro Cesar; **Dez lições de Filosofia para um Brasil cidadão**, São Paulo: FTD, 2008.
- FÁVERO, Altair Alberto *et al.* O ensino da filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 24, n. 64, p.257-284. set./dez. 2004.
- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos de 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 13, n. 1 [31], jan./abr. 2013, p. 159-192.
- FREITAG, Bárbara *et al.* **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GALLO, Sílvio; ASPIS, Renata Lima. **Ensinar filosofia: um livro para professores**. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.
- GALLO, Sílvio. **Filosofia: experiência do pensamento**. São Paulo: Scipione, 2016.
- LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- LINDBERG, Christian. **O ensino de Filosofia e a reforma educacional: o que fazer?** In: Coluna anpof: Boletim especial Anpof., 17 ago. 2022. Disponível em: <https://anpof.org/portal/index.php/en/38-coluna-anpof/2052-o-ensino-de-Filosofia-a-reforma-educacional>. Acesso em: 06 out. 2023.
- LIPMAN, Matthew. **A Filosofia vai à escola**. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
- MINAYO, Marília Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, dez. 2004, p. 123- 144.
- RIOS, Terezinha. **Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2002.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

Recebido em: 09/2024
Aprovado em: 12/2024